

Investimento federal será 50% menor

Contas públicas Previsão de R\$ 22,4 bilhões contida no projeto de lei é 50,4% abaixo do autorizado este ano

Investimento previsto no orçamento de 2023 é o menor em 14 anos

Lu Alko Otta
De Brasília

Pressionados pelo aumento das despesas obrigatórias e pelo teto de gastos, os investimentos federais alcançarão em 2023 o menor nível dos últimos 14 anos. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) prevê R\$ 22,4 bilhões, um valor 50,4% menor do que o autorizado neste ano, segundo nota técnica elaborada pelas consultorias da Câmara dos Deputados e do Senado.

O estudo diz, porém, que essa queda "deve ser atenuada durante a tramitação do PLOA, em virtude da alocação de recursos por meio de emendas".

A proposta orçamentária é elaborada pelo governo e analisada por deputados e senadores, que podem redirecionar uma parte dos recursos para obras e projetos de interesse de suas bases eleitorais. Para 2023, foram reservados R\$ 38,4 bilhões em recursos para emendas de parlamentares, um valor 137% superior ao de 2022, aponta a nota técnica.

O piso histórico para investimentos foi constatado a partir da série da Secretaria do Tesouro Nacional de 2008 a 2021, atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pelo Valor Data. O dado para 2022, utilizado na nota técnica, é R\$ 45,2 bilhões, correspondente ao valor autorizado para o ano todo.

De janeiro a julho de 2022, os investimentos federais somaram R\$ 23,9 bilhões, segundo dados

Fundo do poço

Investimentos do governo federal - em R\$ bilhões (IPCA)



Fontes: Consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, Tesouro Nacional. Elaboração: ValorData. *Autoridade - PLOA 2023

do Tesouro.

"Estamos reduzindo investimentos porque a gente precisa", disse o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, durante a divulgação do PLOA 2023, no último dia 31. Ele informou que o nível de investimentos está historicamente baixo por causa do avanço das despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias.

Boa parte das despesas é indexada à inflação, por isso o secretário aproveitou a ocasião para dizer que é preciso "rever a automaticidade do Orçamento", ou seja, alterar regras para os gastos que crescem de forma automática. Acrescentou que essa é uma discussão para o próximo governo.

"Os investimentos públicos já estão nos menores patamares da série há alguns anos, mas o número de 2023 realmente impressiona", comentou o especialista em contas públicas Guilherme Tinoco. "É muito baixo."

Para ele, as prioridades estão mal calibradas. "Esse nível baixo com certeza impacta negativamente o crescimento econômico e também a qualidade de vida da população", avaliou. "Recuperar o investimento público, mantendo um valor mínimo — de investimentos de qualidade, temos que frisar — precisará estar na agenda fiscal a partir de 2023."

Os gastos obrigatórios vão representar no ano que vem 93,7% das despesas primárias (não financeiras) do governo, que somarão R\$ 2,3 trilhões. As discricionárias, que incluem os investimentos e as emendas parlamentares, ficarão com 6,3%, o menor nível desde 2008, de acordo com dados do PLOA divulgados pelo governo federal.

Os gastos obrigatórios representaram, em 2008, 78,2% das despesas primárias. Esse avanço para perto de 100% observado nos últimos anos foi deixando cada vez menos espaço para in-



Esteves Colnago, secretário de Tesouro e Orçamento: "Estamos reduzindo investimentos porque a gente precisa"

vestimentos.

O teto de gastos criou uma pressão adicional, ao colocar um limite para as despesas totais do governo. Ministérios e programas "brigam" entre si para caber sob o teto.

As emendas parlamentares são mais um grupo de gastos que disputam espaço sob o teto. Para 2023, aponta a nota técnica, foram reservados R\$ 11,7 bilhões para emendas individuais e R\$ 7,7 bilhões para emendas de bancada. Os recursos foram colocados principalmente no item "reserva de contingência", para que o Congresso possa remanejar os recursos. Essa rubrica do Orça-

mento cresceu 91,5% na comparação com 2022, atingindo R\$ 76,9 bilhões, aponta a nota.

Foram reservados, ainda, R\$ 19,4 bilhões para as emendas de relator-geral, conhecidas como RP-9 ou "orçamento secreto". Esses recursos foram alocados em ministérios que normalmente recebem esse tipo de emenda. Por exemplo, R\$ 10 bilhões para o Ministério da Saúde. Porém, o Ministério da Economia alocou R\$ 3,5 bilhões dos recursos de emendas para pagar reajuste de servidores, uma despesa que normalmente não é objeto de emendas parlamentares.

Na semana passada, em um

evento com empresários, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou a atenção para o pouco espaço das despesas discricionárias. Disse que os deputados e senadores são "xingados" e "chamados de ladrão" por causa das emendas de relator, que representam 1% das despesas primárias.

Nos Estados Unidos, comparou, a classe política determina o uso de 100% dos recursos. Por outro lado, tem de responder por suas decisões. "Vou dar aumento e explicar à população a demissão em massa de enfermeiros", exemplificou, referindo-se à criação do piso salarial para a categoria.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4